

Cumprimento todas as autoridades constantes da nominata deste cerimonial na pessoa do Min. Luiz Fux, Presidente do Supremo Tribunal Regional Federal.

Senhores desembargadores e senhoras desembargadoras federais

Senhores juizes, senhoras juizas,

Senhores servidores e senhoras servidoras

Senhores e senhoras membros do Ministério Público

Senhores advogados e senhoras advogadas

Nossos familiares, esposas, filhos e filhas, netos e netas

Amigos e amigas

Senhoras e senhores

Coloco-me diante das autoridades do Poder Judiciário, do Poder Legislativo e do Poder Executivo aqui presentes ou representadas e da sociedade paulista e sul-matogrossense em razão do compromisso de posse prestado em 02 de março por mim, pelo vice-presidente Des. Fed. Antonio Cedenho e pelo Corregedor Regional Des. Fed. Luis Stefanini.

Agradeço, em nome do corpo diretivo, as palavras do Presidente Des. Fed. Mairan Maia, que comandou o tribunal no biênio 2020/2022.

O Des. Fed. Mairan Maia debateu com a Vice-Presidente Des. Fed. Consuelo Yoshida e com a Corregedora Regional, de forma democrática, as providências administrativas importantes para dar continuidade à prestação do serviço judiciário em toda a 3ª Região apesar de todos os percalços destes tempos de pandemia.

Teve paciência para ouvir sugestões e serenidade para tomar decisões.

Sob seu comando, a Justiça Federal da 3ª Região venceu muitos obstáculos para continuar a funcionar.

Depois de 10 dias úteis do início da gestão, confinados em razão da pandemia, Desembargadores e Desembargadoras Federais, juizes e juizas, servidores e servidoras tiveram que aprender a lidar com sistemas eletrônicos para que o trabalho fosse feito e a comunicação viabilizada.

Não havia manuais de atuação e as regras então vigentes não tinham resposta para os problemas que se apresentaram durante todo o período.

Aprendemos muito com o sofrimento desse período, inclusive a não nos despedir de nossos mortos.

Obrigada, Mairan e Consuelo! Ganhei 2 amigos.

Agradeço as palavras do Des. Fed. Newton De Lucca, acadêmico do Largo de São Francisco, poeta, cronista, mas, para mim, um amigo/irmão. E os amigos são sempre muito generosos.

Obrigada, Newton!

No primeiro dia de aula na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em 1974, aprendi as trovas acadêmicas e os inesquecíveis versos de Tobias Barreto, que, na revolução constitucionalista de 1.932, exortavam os acadêmicos a dar uma pausa nos estudos para lutar pelo Estado Democrático de Direito. Vencida a luta, os estudos deveriam ser retomados a partir da folha dobrada. Reproduzo aqueles versos:

Quando se sente bater
No peito heroica pancada
Deixa-se a folha dobrada
Enquanto se vai morrer.

Em 1.974, no pouco que se sabe da vida aos 18 anos de idade, acreditava eu que a Heroica Pancada fizesse referência às lutas políticas, sempre presentes no Largo de São Francisco. Mas o tempo mostrou que, enquanto houver vida, haverá uma página dobrada até que a luta termine.

Nestes 34 anos e 5 dias de magistratura federal, os juízes e as juízas federais, aprovados e aprovadas no último concurso nacional promovido pelo Tribunal Federal de Recursos, empossados meses antes da entrada em vigor da Constituição de 1988, dobraram muitas folhas enquanto lutavam pelo engrandecimento da Justiça Federal.

Testemunhamos, com nossos servidores e servidoras, a regionalização da Justiça Federal, a criação e instalação dos 5 Tribunais Regionais, a avassaladora distribuição de processos em razão das novas normas constitucionais, as consequências do Plano Collor, e a criação e expansão dos Juizados Especiais Federais em 2002, que tornaram a Justiça Federal próxima do cidadão.

E até que novas varas federais fossem criadas e instaladas, acumulávamos a jurisdição, os plantões, as audiências de distribuição. Muitos de nós, juízes e juízas, servidores e servidoras, pagaram com a saúde o preço dessa sobrecarga.

Vimos a Justiça Federal caminhar a passos largos para a modernização, e temos o orgulho do pioneirismo na adoção do processo eletrônico em 14.01.2002, nos Juizados Especiais Federais da 3ª Região, criado de forma caseira por nossos juízes e nossas juízas federais e servidores e servidoras.

Testemunhamos o aumento da composição do Tribunal, inicialmente com 18 membros (1.989), depois para 27 (1.995), depois para 43 (2.003), e para 55 membros recentemente, na forma da Lei 14.253, de 30/12/2021.

Tenho uma história de amor com o Poder Judiciário.

Estes mais de 34 anos me permitiram estar aqui neste momento, ao lado do Vice-Presidente Antonio Cedenho e do Corregedor Regional Luis Stefanini, dobrando mais uma folha do livro de nossas vidas enquanto lutamos para levar a bom termo esta missão que nossos pares nos conferiram até 01/03/2024.

Esses dois Desembargadores Federais compõem o Tribunal oriundos do Quinto Constitucional. Cedenho, pela classe dos advogados, chegou em 2004. Stefanini, pelo Ministério Público Federal, em 2003. Dois paulistas, valendo destacar que Stefanini era Procurador da República em Mato Grosso do Sul.

Particpei da implantação dos Juizados Especiais Federais e os coordenei em 4 períodos, coordenei o gabinete da conciliação e fui Corregedora Regional no último biênio.

Posso dizer que conheço a Justiça Federal pré e pós pandemia, e, por isso, me sinto autorizada a fazer as seguintes ponderações às autoridades dos Três Poderes da República.

A 3ª Região da Justiça Federal é formada pelas Seções Judiciárias do Mato Grosso do Sul e de São Paulo.

São aproximadamente 49 milhões de jurisdicionados e jurisdicionadas, 3 milhões no Mato Grosso do Sul e 46 milhões em São Paulo, conforme estimativa do IBGE para 2021, num território total 605 mil km².

São 51 Subseções Judiciárias, 167 Varas Federais, 30 Juizados Especiais Federais autônomos e 23 adjuntos, e 17 Turmas Recursais.

Esse é o tamanho da nossa responsabilidade.

As dificuldades começam com as grandes diferenças entre Mato Grosso do Sul e São Paulo.

Embora a Seção Judiciária do Mato Grosso do Sul represente 3% das ações que tramitam na Justiça Federal da 3ª Região, sua importância estratégica para o país é evidente, não só pelo tamanho de seu território, mas pela extensa fronteira seca com Paraguai e Bolívia, pela natureza exuberante e pelas comunidades indígenas que habitam parte de seu território e tentam sobreviver ao avanço sobre as terras que ocupam.

Há comunidades indígenas em extinção no Mato Grosso do Sul.

O Mato Grosso do Sul é fértil em demandas de natureza criminal, ambiental, conflitos agrários e questões indígenas.

As nossas varas federais instaladas nas áreas de fronteira seca – Corumbá e Ponta Porã, principalmente – lidam diariamente com as questões relativas ao narcotráfico e se ressentem da falta de segurança à população local, aos juízes e às juízas federais e aos servidores e servidoras, apesar de todo o esforço empreendido pela Polícia Federal.

Já sentimos a falta de interesse da magistratura e dos servidores e servidoras de permanecerem naquelas localidades.

Precisamos de mais proteção em nossas fronteiras.

O avanço sobre as terras ocupadas por comunidades indígenas traz à Justiça Federal demandas de alta complexidade que nem sempre conseguimos julgar em razão das dificuldades de acesso àquelas terras para produção de prova pericial.

A devastação do meio ambiente tem causado o aumento da distribuição de ações civis públicas, também de difícil andamento em razão da nossa dificuldade de produzir a prova pericial.

Os conflitos de natureza agrária são também julgados pela Justiça Federal e o andamento dessas ações esbarra nas mesmas dificuldades.

Até mesmo a inclusão digital é um obstáculo a ser transposto.

Quanto mais avançamos, a partir de Campo Grande, pelo interior do Estado até as fronteiras, maiores são as dificuldades de acesso à justiça em razão da pobreza e do péssimo sinal disponível para acesso à internet.

Precisamos de um olhar mais atento do Poder Legislativo e do Poder Executivo para o Mato Grosso do Sul. Políticas públicas não de competência do Poder Judiciário.

A Seção Judiciária de São Paulo concentra a maior quantidade processos da Justiça Federal brasileira: 3 milhões e 725 mil processos, a maior parte nos juizados especiais federais.

Predominam em SP as ações de natureza previdenciária, mas também há um grande número de ações cíveis, criminais, agrárias e relativas a questões ambientais.

A extensão territorial da Seção Judiciária de São Paulo faz com que se tenha populações concentradas em grandes centros urbanos e, ao mesmo tempo,

extensas áreas rurais, com grande produção agrícola, mas também enormes bolsões de miséria.

Evidentemente, a consequência é a existência de perfis diferentes de demanda, inclusive e, principalmente, nos juizados especiais federais.

Nossa maior dificuldade hoje na 3ª Região é a existência de 107 cargos vagos de juízes federais substitutos, mas já há previsão de dar andamento ao XX Concurso para provimento desses cargos.

Nossas dificuldades orçamentárias também não têm permitido a nomeação de novos servidores, mas temos a convicção de que em breve esse problema também será superado, ao menos parcialmente.

Passamos, neste momento, pelo aperfeiçoamento do processo eletrônico no sistema PJe, com a conclusão recente da migração dos juizados especiais federais, que deixaram o SISJEF.

Essa recente migração tem afetado o bom desempenho dos Juizados Especiais Federais, o que já vem sendo tratado pelas nossas equipes de TI, que nos prometem o restabelecimento do bom funcionamento do sistema.

Por isso, aproveito esta oportunidade para dar aos Juizados Especiais Federais uma palavra de compromisso desta Presidente de fazer tudo que estiver ao seu alcance para que se restabeleçam satisfatoriamente as rotinas do seu trabalho.

Tenho um grande amor pelos nossos JEFS e, em especial, por todos que lutam há tantos anos para que sejam aperfeiçoados, os nossos JEFERS. Eu também sou uma JEFER!

Esta gestão, iniciada em 02/03, enfrentará o desafio de dar continuidade à modernização da Justiça Federal da 3ª Região, não só com o aperfeiçoamento contínuo do processo eletrônico, mas também com a racionalização da ocupação dos espaços pelo Tribunal e pelos fóruns em todas as Subseções Judiciárias.

A experiência vivida no biênio 2020/2022, com a intensificação do uso da tecnologia no Poder Judiciário e do trabalho à distância, comprovou que precisamos reduzir os espaços que hoje ocupamos.

Ou seja, antes procurávamos prédios maiores para instalar nossos Fóruns.

Agora teremos que reduzir espaços antes ocupados pelos processos no papel e pela totalidade de servidores e servidoras, juízes e juízas em trabalho presencial.

O desafio está em estabelecer, para o retorno completo das atividades presenciais durante o expediente forense, a correta equação entre a necessidade da

presença de juízes e juízas, servidores e servidoras nos fóruns e o revezamento no trabalho não presencial.

Somos servidores e servidoras públicas, prestamos serviço público da mais alta relevância, prestamos concurso público sabendo que trabalharíamos presencialmente, de modo que todas as dependências da Justiça Federal terão atendimento presencial, em forma de revezamento, do qual participarão todos os juízes e juízas, servidores e servidoras.

Acredito na magistratura que conhece a sua jurisdição, única forma de bem compreender o significado e as consequências de suas decisões.

Temos que conhecer pessoalmente a nossa jurisdição, sem, contudo, deixar para trás as nossas conquistas tecnológicas, como atendimento das Secretarias pelo Balcão Virtual; atendimento dos senhores advogados, pelos magistrados, pelo sistema Teams ou outro que eventualmente se venha a utilizar; audiências virtuais.

Mas o atendimento presencial, em qualquer hipótese, deverá ser garantido quando impossibilitado na forma eletrônica.

Não há direito adquirido ao trabalho não presencial.

Esta gestão cuidará para que a Justiça Federal da 3ª Região não seja apenas uma home page.

A ampliação do Tribunal será outro grande desafio deste biênio.

A Lei 14.253, de 30/12/2021, transformou 14 cargos vagos de juiz federal substituto em 12 cargos de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

O Tribunal passa a ser composto por 55 membros. Será um Tribunal grande, e continuará sendo um grande Tribunal.

A gestão do Presidente Mairan Maia deixou instalados 4 gabinetes para a nova composição, com todo o mobiliário e estrutura administrativa, de modo que ainda neste semestre deverá ser publicado o edital para provimento dos 4 cargos de desembargador federal.

Restarão, ainda, 8 cargos a prover.

As providências administrativas para a instalação de 8 gabinetes já foram iniciadas.

Para que possamos dar a adequada estrutura de servidores e funções comissionadas aos novos gabinetes, será necessária a reestruturação de vários setores do Tribunal, cujos estudos já estão em andamento.

Para superar tantos desafios, precisaremos da colaboração de todos os desembargadores e todas as desembargadoras federais, todos os juízes federais e todas as juízas federais, de todos os servidores e servidoras.

Na próxima semana serão formados os Conselhos de Administração e Justiça e as Comissões necessárias ao pleno funcionamento do Tribunal.

Necessitaremos da consolidação das parcerias com os entes públicos que litigam na Justiça Federal, com o Ministério Público Federal, com a advocacia pública e privada, com os Tribunais de Justiça de SP e do Mato Grosso do Sul.

Esses, senhoras e senhores, os nossos grandes desafios.

Caminhando para o final, não poderia deixar de mencionar este 08/03, Dia Internacional da Mulher, uma data escolhida para lembrar a todos e todas que as mulheres têm o direito de ocupar integralmente o seu lugar no mundo.

Temos mulheres parlamentares, Ministras de Tribunais Superiores, desembargadoras, juízas, membros do Ministério Público, advogadas, servidoras públicas, empresárias, profissionais liberais, empregadas na iniciativa privada, mulheres que optaram por não exercer atividade profissional, mulheres presidentes de associações, mulheres jornalistas.

Temos várias mulheres trabalhando nos Presídios Federais de Segurança Máxima.

Não há nada de inédito neste Tribunal em ter uma mulher na Presidência.

Já tivemos outras cinco: Ana Pimentel, Diva Malerbi, Marli Ferreira, Cecilia Marcondes e Therezinha Cazerta. E outras virão, é o caminho normal desta carreira.

Mas o que nos preocupa hoje é a situação das mulheres que não tiveram as mesmas oportunidades de estudar, de decidir os rumos de sua vida, de escolher a profissão, de escolher casar ou não, de escolher ser ou não ser mãe.

O que nos preocupa hoje é a desigualdade de oportunidades que prejudica as mulheres apenas pelo fato de serem mulheres, tornando-as frágeis e reféns desta sociedade misógina e violenta. Violência física e violência moral, que existe e atinge com frequência mulheres de todas as condições sociais, no serviço público e na iniciativa privada.

Misóginos, racistas, homofóbicos, transfóbicos, xenófobos, intolerantes religiosos estão aí exibindo-se todos os dias.

As vítimas desses preconceitos desejam igualdade de oportunidades para a convivência pacífica na sociedade.

Somos todos diferentes mas nos completamos. Por isso somos iguais, respeitadas as nossas diferenças. Mais ou menos como nos versos de Guinga e Aldir Blanc (Catavento e Girassol): E todos juntos se vão no sumidouro do espelho.

Estou aqui hoje porque tive o suporte de uma família estruturada, que me deu tudo para que eu pudesse estudar.

Minha mãe, a mulher mais forte que conheci, muito cedo me ensinou que ser mulher não poderia me impedir de ocupar integralmente o meu lugar no mundo. Que poderia conquistar tudo o quisesse, poderia fazer as minhas escolhas de vida e ser responsável por elas.

E assim foi: sou filha, fui esposa, sou mãe, sou avó, e sou uma profissional que conquistou esta posição e hoje tem voz desta tribuna.

Eu senti a presença da misoginia muitas vezes e ao longo da vida coletei os sinais emitidos pelos misóginos.

Lá vão alguns:

O pseudo protetor: “Você é tão jovem! Minha filha, minha querida, estou sempre aqui para o que precisar”.

O pseudo cavalheiro: “Que linda você está hoje!”.

Não somos suas filhas e nem suas queridas! E nem estamos interessadas em sua opinião sobre nossa aparência. Somos suas colegas!

Misóginos, não tenham tanto medo de nós! Não queremos o seu lugar, queremos apenas o nosso.

Como dizem os jovens, não passem recibo!

Finalizando, não poderia deixar de me manifestar sobre as lamentáveis declarações de certo parlamentar sobre as mulheres ucranianas no meio da guerra que ora acompanhamos em tempo real: São fáceis porque são pobres.

Uma pessoa que foi testemunhar os horrores da guerra consegue produzir essa declaração!

Mas eu tenho para ele uma novidade: todas as mulheres são fáceis! Fáceis de agredir, fáceis de violar, fáceis de impedir que tenham suas próprias vidas.

E sabe por quê? Porque com muita facilidade damos a vida pelas pessoas que amamos; com muita facilidade renunciamos a tudo por nossos filhos e nossas filhas; com muita facilidade renunciamos aos nossos sonhos para que nossos lares tenham paz.

Também somos difíceis! Difíceis de desistir.

Senhor parlamentar! Peça perdão à sua mãe!

Peça perdão por desonrar um dos Poderes da República. Peça perdão por desonrar a República.

E depois, recolha-se à insignificância dos medíocres!

Senhoras e senhores,

Com isso, todos aprendemos que o mundo só vai mesmo mudar com a educação que dermos às nossas crianças, ensinando-lhes o respeito pela diversidade.

Tenho orgulho de ter criado 2 filhos, homens de bem, que aprenderam a respeitar a diversidade e nunca repetirão padrões de misoginia ou de qualquer outro preconceito. Um deles está aqui hoje, Otávio, ao lado de seu pai.

E finalizo, com a página dobrada pela esperança de que possamos, em breve, recuperar os abraços, beijos e apertos de mão que ora temos que adiar.

O Tribunal Regional Federal da 3ª Região agradece a todos e todas e a cada um e cada uma o prestígio a esta solenidade, que declaro encerrada.

Boa noite!

